

5

Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto

Leci Borges Barbisan

Lúcia Helena Martins Gouvêa

Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Maria Eduarda Giering

Rosane Santos Mauro Monnerat

Telisa Furlanetto Graeff

1. Introdução

Este capítulo propõe a apresentação de duas teorias linguísticas que privilegiam a argumentação como objeto de estudo. Trata-se da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (1983, 1992), e da Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot (1983).

A Semiolinguística do Discurso entende o discurso como um "jogo comunicativo" cujas peças são a sociedade e suas produções languageiras. Mais propriamente, é uma teoria que se caracteriza por estudar o *sentido*

por meio de operações discursivas de entidades subjetivas, operações reguladas por um contrato comunicativo e realizadas a partir de uma situação bem determinada. Em outros termos, consiste em analisar o *significado textual* em função do projeto de influência e da ação persuasiva do sujeito enunciador sobre o sujeito receptor / destinatário em determinado contexto e em situação interativa.

A Teoria da Argumentação na Língua, como o próprio nome define, defende o princípio de que a argumentação está na língua, isto é, de que a própria língua é argumentativa. Considerando a argumentação como função primordial da linguagem, estuda seu caráter enunciativo, o que implica descartar a objetividade da constituição do *sentido* e manter a subjetividade e a intersubjetividade. A noção de *sentido*, por seu turno, fundamenta-se na relação construída entre dois enunciados articulados por conectores, interdependentes semanticamente, constituindo blocos semânticos.

As duas teorias, como se poderia supor, apresentam pontos de contato e de distanciamento. Dois aspectos comuns entre elas e de extrema relevância, porém, permitem e ensejam a reunião das duas para que atuem como suporte à análise de um texto jornalístico opinativo. Esses dois aspectos comuns são, em primeiro lugar, a origem de ambas — as teorias da enunciação — e, em segundo, um dos objetos de estudo das duas — a argumentação.

Precederam as pesquisas sobre enunciação os estudos sobre a concepção de língua e fala. Ferdinand de Saussure apontou, em 1916, quando da publicação do *Curso de linguística geral*, editado por Bally e Sechehaye, para a fundação de uma ciência da linguagem. Dois conceitos então surgidos, o de *língua* e o de *fala*, deveriam marcar os rumos que os estudos da linguagem tomariam. Durante boa parte do século XX, os pensadores da área tiveram como objeto de suas investigações a *língua*, seguindo o caminho traçado pelo mestre de Genebra, e deixando para outros, ou talvez para mais tarde, o que diria respeito à *fala*. Esses conceitos foram repensados, redefinidos, modificados sob diferentes enfoques ao longo dos anos, e resultaram em diferentes teorias, tanto sobre a *língua* quanto sobre a *fala*.

Assim, o estudo desenvolvido por Émile Benveniste, por exemplo, em seu texto publicado em 1970,¹ intitulado *O aparelho formal da enunciação*, um dos últimos que escreveu, portanto um dos momentos culminantes do desenvolvimento de seu pensamento, sugere que “as condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua” (1995[1974], p. 79): trata-se de “mundos diferentes”, afirma o autor.

Entende por *emprego das formas* as regras sintáticas, articuladas a variações morfológicas, que definem em que contextos as formas devem ser empregadas. Com essas regras, seria possível chegar-se a uma imagem da língua em uso. Entretanto, afirma Benveniste, o emprego da língua é “um outro modo de ver as mesmas coisas, um outro modo de descrevê-las e de interpretá-las” (cf. Flores et al., 2009, p. 102). O fenômeno *emprego da língua*, explica Benveniste, afeta a língua toda e parece, de um lado, tão banal e, de outro, tão necessário, que se torna difícil apreendê-lo.

Várias teorias, desde a década de 1960, foram construídas para explicar, a partir de diferentes fundamentações, o funcionamento do *emprego da língua*. Se se recuar no tempo, dentre os precursores dessa nova abordagem da língua, pode ser citado Bakhtin, que propôs a análise da dinamicidade da linguagem e da natureza socioideológica da enunciação. Segundo tal perspectiva, a língua aponta a possibilidade de orientação para o interlocutor, para os contextos constitutivos e para as inter-relações com outras enunciações. Todos esses fatos favorecem a visão da subjetividade na língua e, ao enfatizar que o sujeito só existe em função de um outro, com quem interage, o dialogismo na língua torna-se uma constante. Tem-se, então, com Bakhtin, o desenvolvimento de uma concepção de enunciação cujas principais características são a língua ser considerada em situações concretas, e o espaço, o tempo e o projeto discursivo constituírem elementos fundamentais para se chegar à construção e compreensão dos *sentidos*.

Podem ser lembrados outros expoentes nos estudos sobre a subjetividade na linguagem, como Bally, Jakobson, por exemplo, mas as con-

1. O texto de Benveniste foi publicado pela primeira vez na revista *Langages*, n. 17, em março de 1970 e, mais tarde, em 1974, como Capítulo V do volume 2 de *Problemas de linguística geral*.

tribuições de Benveniste foram decisivas para o seu desenvolvimento: ao apregoar a impossibilidade de se reconhecerem certos elementos linguísticos dissociados da atividade dos falantes, instaurou, decisivamente, a Teoria da Enunciação, que direcionou os estudos enunciativos posteriores.

O conceito de enunciação, definida como o ato de utilização da língua por um sujeito que se situa, de uma determinada forma, perante seu interlocutor e a própria situação de comunicação (Benveniste, 1974, p. 80), configura-se como um elemento catalisador de *mudanças* em relação ao paradigma estruturalista saussuriano, que se mostrava mais preocupado com os fatos do sistema, em detrimento das atividades da linguagem entre os protagonistas do discurso. Ao não se considerar o contexto nem as ações dos produtores reais do ato comunicativo, eliminava-se todo o caráter individual da língua que, segundo o próprio Saussure, escapava à sistematicidade (Saussure, 1973, p. 23).

Assim, com Benveniste e sua concepção de enunciação como “o uso da língua” por um sujeito (eu), direcionado a um outro sujeito (tu), em um determinado espaço e num dado tempo, passou-se a compreender a língua não mais como uma abstração, mas como uma entidade em funcionamento, cuja importante marca é a subjetividade.

Foi justamente a partir dessas noções de enunciação que surgiram, cada uma com as suas especificidades, as teorias Semiologia do Discurso e a Teoria da Argumentação na Língua (ADL).²

Charaudeau concebe a *enunciação* em uma perspectiva comunicativa de construção do sentido e, a partir dos postulados de Benveniste, compõe uma teoria dos sujeitos, propondo um modelo semiolinguístico enunciativo condicionado a dois espaços e a quatro sujeitos de discurso: um espaço externo correspondente, em nível situacional, à situação de comunicação, onde se encontram os sujeitos — comunicante e interpretante —, ou parceiros do ato comunicativo, e um espaço interno, em nível discursivo, correspondente à colocação em discurso, ou seja, um espaço onde

2. Adotou-se a abreviatura ADL (*Argumentation dans la Langue*) por ser a utilizada pelos autores da Teoria.

se encontram os seres do dizer — sujeitos enunciador e destinatário. Esses sujeitos são construídos pelo *ato de enunciação* do sujeito comunicante que inscreve o sujeito enunciador em sua própria fala, ou na *mise-en-scène* do seu dizer, ao mesmo tempo que constitui a identidade enunciativa que se dá a si mesmo.

Já na ADL, Ducrot constrói sua teoria do sentido considerando-o produto da enunciação. *Seu conceito de enunciação* não se prende ao ato em si, mas ao fato de que o enunciado aparece. Dessa forma, não interessa à teoria o sujeito produtor do enunciado, mas o sentido do enunciado, entendido como representação da enunciação, como confronto entre pontos de vista diferentes. É a descrição do sentido do enunciado que denota sua enunciação. Importa ao autor, sobretudo, verificar o conjunto de marcas que atestam a relação argumentativo-enunciativa do locutor em seu dizer e verificar as relações estabelecidas pelas formas de dizer para a construção do sentido argumentativo no discurso.

Quanto ao conceito de *argumentação*, as duas teorias também se aproximam em alguns pontos e se especificam em outros.

Para Charaudeau, é uma atividade discursiva que participa de uma dupla busca: uma busca por uma racionalidade que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fatos do “mundo”, e uma busca de influência do Eu sobre o Tu, que tende a um ideal de persuasão e que consiste em compartilhar com o outro certo universo de discurso até o ponto de chegarem às mesmas propostas. O importante para as considerações a respeito do ato de argumentar é que o sujeito se situa no centro de uma encenação, em uma situação específica de comunicação e de influência e diante de um interlocutor, a que se liga por um contrato comunicativo.

Já para Ducrot (1983), a argumentação está inscrita na própria língua. A concepção mais recente da Teoria da Argumentação na Língua está vinculada à teoria dos blocos semânticos, entidades semânticas subjacentes a encadeamentos argumentativos. Argumentar, sob essa concepção, é construir sentido pela interdependência entre dois segmentos que se encadeiam; o sentido só pode ser apreendido na relação entre esses segmentos.

Como é possível observar, a Teoria Semi linguística do Discurso e a Teoria da Argumentação na Língua apresentam pontos de contato, que são os fatos de se fundamentarem nas teorias da enunciação e de tratarem da argumentação. É possível também perceber que, nos próprios pontos de contato, as duas formam suas particularidades, tomando rumos diferentes. Enquanto, para a Semi linguística, *argumentar* é um dos empregos da língua, para a ADL é a função primária, é a essência mesma da língua. Enquanto, para a Semi linguística, o estudo da argumentação parte da macroestrutura — haja vista o trabalho com os conceitos de proposta, tese e argumentos —, indo até a microestrutura — haja vista o estudo dos enunciados, de construções sintáticas, de articuladores argumentativos e do próprio léxico —, para a ADL, as pesquisas se fixam na microestrutura, trabalhando com os enunciados, segmentos oracionais e operadores argumentativos.

Considerando-se as especificidades de cada uma das duas teorias, pretende-se, neste capítulo, explorar as potencialidades das duas, a fim de mostrar o modo pelo qual elas dão conta da análise de um *artigo de opinião*, do ponto de vista argumentativo, chegando praticamente aos mesmos resultados.

Este capítulo, portanto, para atender a sua proposta, constitui-se das seguintes seções, descritas a seguir.

A (1) "Introdução" apresenta os objetivos do capítulo, situando a Semi linguística e a ADL segundo seus pressupostos e apontando pontos comuns e pontos divergentes entre as duas teorias.

O item intitulado (2) "O modelo linguístico-discursivo de Charaudeau" reúne os principais conceitos da teoria, como os de *imagem dos sujeitos protagonistas do discurso e a situação de comunicação, contrato de comunicação, modos de organização do discurso*.

O item (3), "Estudo do texto sob a perspectiva da Teoria Semi linguística do Discurso", apresenta o artigo de opinião intitulado "O gigante de barro", de Carlos Heitor Cony, bem como a análise do texto sob o ponto de vista da teoria de Charaudeau.

O item (4), "O modelo semântico linguístico-argumentativo de Ducrot", trata dos principais conceitos da teoria, iniciando, por exemplo,

com os de *frase, enunciado, significação, sentido, enunciação, polifonia* — conceitos da primeira fase da teoria — dando continuidade com, por exemplo, os de *bloco semântico, relação de conversão, relação de transposição, relação de reciprocidade, argumentação interna e externa* — conceitos da fase atual da teoria.

O item (5), “Estudo do texto sob a perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua”, trabalha a partir do mesmo artigo de opinião de Carlos Heitor Cony, analisando-o segundo a teoria de Ducrot.

A (6) “Conclusão” reúne os principais resultados das duas análises, procedendo, novamente, a um paralelo entre as duas teorias estudadas.

2. O modelo linguístico-discursivo de Charaudeau

Nos estudos sobre as Ciências da Linguagem, a linha da Análise do Discurso caracteriza-se pela variedade de enfoques teórico-discursivos. Não se pode falar, portanto, de *uma* Análise do Discurso, mas de abordagens que se direcionam para reflexões não necessariamente divergentes ou idênticas entre si, o que pode ser fruto das várias formas com que a Análise do Discurso aborda o seu objeto — o *discurso*.

Como foi dito, uma das vertentes teóricas da Análise do Discurso na França — a Semiologia — foi proposta, no início dos anos 1980, pelo linguista Patrick Charaudeau, fundador do CAD — Centre d'Analyse du Discours, da Universidade de Paris 13.

A Semiologia é uma corrente de estudos que vê o discurso como um “jogo comunicativo” entre a sociedade e suas produções languageiras. Nesse sentido, a teoria incide sobre os discursos sociais, com variações de uma cultura para outra, já que a linguagem é tida como um veículo social de comunicação. Nessa teoria, o falante não é completamente individual — uma vez que “repete” a voz do social — nem completamente coletivo — pois os aspectos psicossocial e situacional lhe garantem uma individualidade. O discurso é, então, considerado como um ato interativo de fala, pleno de intencionalidade, entre dois parceiros — os sujeitos do ato de linguagem.

No artigo "Uma teoria dos sujeitos da linguagem" (2001), Charaudeau se refere à preocupação das teorias linguísticas em focar os sujeitos da linguagem e atribui a Benveniste a primeira grande mudança desse foco, ao colocar o sujeito como organizador da linguagem, sobrepondo, assim, a enunciação ao enunciado: "É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem" (Benveniste, 1995, p. 285).

Benveniste (1995), portanto, ao preconizar que não há um *eu* sem um *tu*, nem um *tu* sem um *eu*, possibilita o início dos estudos de base enunciativa, o que vem a propiciar, também, o estudo da identidade/alteridade dos sujeitos.

No campo da Filosofia, a identidade caracteriza-se por ser o elemento que permite que o sujeito tome consciência de si mesmo. Para que esse processo ocorra é necessário, ao mesmo tempo, que o sujeito se identifique e se diferencie diante de um outro, seu par e também seu reverso.

Por ser um elemento em constante construção na relação que se institui entre um *eu* e um *tu*, não haveria uma unidade identitária, mas sim uma composição de traços identitários instituídos por motivações biológicas, psicológicas e sociais. Ainda assim, esses traços não existem por si mesmos: eles necessitam de um reconhecimento diante do *outro*. A *identidade social* é, pois, o fator que permite que alguém fale ou aja desta ou daquela maneira: é aquilo que confere legitimidade ao sujeito.

Segundo Charaudeau (2006a, p. 345), tal legitimidade se alicerça na noção de valores comuns, aceitos por todos, e em normas institucionais, que orientam cada domínio das interações sociais e investem cada sujeito em funções, lugares e papéis específicos.

A *identidade social*, portanto, é algo construído e em construção: de um lado, apoia-se em traços biológicos e sociais e, de outro, necessita de uma base de reconhecimento, de legitimação por parte de um *tu*, numa dada situação. A *identidade discursiva*, por sua vez, é descrita com o auxílio de papéis enunciativos, modos de tomada da palavra, categorias locutivas.

Identidade social e *identidade discursiva* constituem, por conseguinte, dois domínios simultaneamente distintos e complementares, ambos construindo-se em articulação com o ato de enunciação.

A relação dialógica entre o *eu* e o *tu* enseja o “jogo” de comunicação que Charaudeau designou de *mise-en-scène* (encenação) e que possibilita a atualização do ato de linguagem. Em todo ato de linguagem estaria implícita uma “aposta”, um desafio lançado ao outro, numa “interação de intencionalidades”. Comunicar, portanto, como jogo, é arriscar-se à incompreensão ou à negação.

Desse jogo, participam quatro sujeitos comunicacionais, que se articulam em dois circuitos de produção: um externo (instância situacional) e outro interno (instância discursiva). No circuito externo, encontram-se os *parceiros*, interlocutores, seres sociais, possuidores de intenções, seres do FAZER — o *sujeito comunicante* (EUc) e o *sujeito interpretante* (TUi). No circuito interno, situam-se os protagonistas — chamados intralocutores — seres do DIZER — o *sujeito enunciador* (EUe) e o *sujeito destinatário* (TUd).

No circuito externo, enquanto o sujeito comunicante (EUc) é responsável pela produção, a interpretação compete ao sujeito interpretante (TUi), que pode constituir-se em coautor, uma vez que, ao interpretar o enunciado, pode acrescentar implícitos não considerados pelo sujeito comunicante.

O contrato comunicacional prevê a inclusão, na cena enunciativa, de mais dois sujeitos, desta feita, no circuito interno do ato de linguagem, como desdobramento daqueles do circuito externo. Assim, o EUc aciona um sujeito enunciador (EUe), que se dirige a um TUd (sujeito destinatário, também idealizado). O sujeito comunicante, portanto, constrói, de acordo com seu propósito comunicativo, uma imagem do sujeito enunciador e, além disso, imagina um interlocutor/leitor ideal a quem se dirige. Da mesma forma, no processo de interpretação, o sujeito interpretante, a partir da imagem que constrói do sujeito enunciador, formula hipóteses sobre o sujeito comunicante. No circuito interno, o sujeito enunciador (EUe) corresponde a uma imagem que o sujeito comunicante (EUc) deseja transmitir a respeito de si mesmo, no ato de comunicação. Essa imagem pode assemelhar-se (ou não) ao ser social que o originou. Caberá ao sujeito interpretante aceitar a imagem enviada, ou recusá-la, o que poderá desencadear uma reformulação do projeto comunicativo original.

O sujeito destinatário (TUd), por sua vez, também idealizado, constitui a representação ideal de interlocutor, condizente com o ato de enunciação. As estratégias do sujeito comunicante só alcançam sucesso quando há identificação entre as duas instâncias (interpretante / destinatário), caso contrário, a mensagem de EUE será recusada.

É dessa relação entre um "eu" e um "tu" que nasce o chamado *contrato de comunicação*. O termo, originário do domínio jurídico, ocupa posição central na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, a partir da constatação de que todo ato de comunicação supõe um contrato.

Segundo Charaudeau (2006a), comunicar é conquistar o direito à palavra tendo em conta as restrições do mercado social da linguagem para a atualização do discurso; ou seja, para que se estabeleça a comunicação, é necessário que o outro esteja disposto a ouvir, que reconheça o direito à palavra.

Nesse sentido, o *contrato de comunicação* diz respeito às condições de realização dos textos ou à situação comunicativa em que os textos se inserem e às características discursivas daí decorrentes. Esse contrato implica dois espaços: um de *restrições*, uma vez que certas normas não podem ser infringidas (o que impediria a comunicação) e, outro, de *estratégias*, o qual corresponde às possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer na *mise-en-scène* comunicativa para alcançar seus objetivos: adaptar os enunciados à situação em que se encontram e conseguir a identificação entre o interpretante e o destinatário. O ato de linguagem exige, então, uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento.

Os exemplos a seguir servirão para ilustrar o ato de linguagem e a *mise-en-scène* dos sujeitos nele envolvidos.

Tomem-se, então, duas situações entre dois enunciadores: a primeira, em que se conta uma mentira; a segunda, em que se faz uma ironia (Charaudeau, 1983):

MENTIRA

- EUE diz *p* (proposição)
- EUC sabe (ou pensa) *não p*
- EUC pretende que o TUi se identifique com um TUd, que acredita que EUC pensa *p*.

IRONIA

- E_Ue diz *p* (proposição)
- E_Uc sabe (ou pensa) *não p*
- E_Uc pretende que o T_Ui se identifique com o T_Ud, que crê que E_Uc não pensa *p*.

Em suma, podemos dizer, então, que o ato de linguagem se origina numa situação concreta de troca, dependente de uma intencionalidade argumentativa, organizando-se em meio aos espaços de restrição e de estratégias e produzindo significações a partir da interdependência de um espaço externo e de um espaço interno (Charaudeau, 2008). Essas afirmações permitem construir um modelo de estruturação do ato de linguagem em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo, de que se tratará a seguir.

No *nível situacional*, é determinada a finalidade do ato de linguagem, a identidade dos parceiros da troca languageira, o domínio do saber veiculado, o dispositivo, constituído pelas circunstâncias materiais da troca. No *nível comunicacional*, são determinadas as maneiras de falar (escrever), os papéis languageiros dos sujeitos, que garantam seu direito à fala, considerando-se que o sujeito que se comunica e interpreta deve manipular e reconhecer a forma dos signos, suas regras combinatórias e seu sentido. Finalmente, no *nível discursivo* considera-se a intervenção do sujeito (enunciador) que, para realizar os "atos de discurso" (os quais vão resultar em um texto), deve atender às condições de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *captação*.

A *legitimidade* determina a posição de autoridade que permite ao sujeito tomar a palavra. Pode ser resultado de um processo que passa pela autoridade institucional, ou pela autoridade pessoal. A *legitimidade*, portanto, é externa ao sujeito falante, resultando da adequação entre a posição social do falante, a situação e o ato de fala.

A *credibilidade* resulta de um julgamento feito por alguém sobre o que vê ou ouve e, por consequência, sobre a pessoa que fala. Consiste, para o sujeito falante "em determinar uma posição de verdade, de maneira que ele possa ser levado a sério" (Charaudeau e Maingueneau,

2004, p. 143), isto é, que seu ato de argumentação alcance os efeitos de sentido desejados.

Finalmente, a *captação* consiste em seduzir ou persuadir o interlocutor, provocando nele certo estado emocional. Com esse objetivo, o sujeito falante pode escolher três tipos de atitudes discursivas: (i) uma *atitude polêmica* — tentando antecipar, para eliminar as possíveis objeções que outro(s) poderia(m) apresentar, o que levará o sujeito falante a questionar certos valores defendidos pelo interlocutor ou por um terceiro. Trata-se de “destruir um adversário” questionando suas ideias e, até mesmo, sua pessoa; (ii) uma *atitude de sedução* — propondo ao interlocutor um imaginário no qual desempenharia o papel de herói beneficiário. Essa atitude manifesta-se quase sempre por meio de um relato no qual as personagens podem funcionar como suporte de identificação ou de rejeição para o interlocutor; e (iii) uma *atitude de dramatização* — que leva o sujeito a descrever fatos que concernem aos dramas da vida, em relatos cheios de analogias, comparações, metáforas etc. A maneira de contar apoia-se largamente em valores afetivos socialmente compartilhados, pois se trata de fazer sentir certas emoções (Charaudeau, 2006a, p. 347-348).

Ao se considerar a condição do sujeito como construtor / organizador da linguagem, deve-se tentar compreender a atividade em si da construção do sentido, capitaneada por esse sujeito “eu”, em interação com o “tu”. E isso porque, quando se lê, se ouve ou se produz um texto, não se está diante de referentes do mundo real (não há uma relação natural entre palavras e coisas), mas diante de uma *representação* por um sistema simbólico: a língua. Segundo Charaudeau (2006b, p. 131),

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade.

Dessa forma, ao se representar, por meio da língua, o mundo real, passa-se de um *mundo a significar* para um *mundo significado*, transformando-o em objeto de troca. Nessa passagem, está envolvido um duplo pro-

cesso de semiotização do mundo: o processo de transformação e o processo de transação (Charaudeau, 2008).

O primeiro corresponde propriamente a esse movimento de passagem de um mundo a significar a um mundo significado e inclui basicamente quatro operações: a *identificação*, que converte os seres do mundo em "identidades nominais"; a *qualificação*, que faz com que tais identidades se tornem passíveis de serem descritas em suas propriedades e características; a *ação*, que confere aos seres do mundo uma razão de existência, ao fazer ou sofrer algo, tornando-os "identidades narrativas"; e a *causação*, que inscreve tais identidades num circuito movido por uma determinada causalidade.

O processo de transação, por outro lado, refere-se ao movimento em que o mundo significado configura-se em objeto de troca entre dois sujeitos em interação. Esse processo obedece a quatro princípios: o de *alteridade*, o de *pertinência*, o de *influência* e o de *regulação*. O princípio de *alteridade* pressupõe a existência de um sujeito produtor e de um sujeito receptor do ato de linguagem e responde pela característica contratual de todo ato de comunicação, uma vez que, para que este se realize, é imprescindível que haja uma interação entre dois parceiros que se reconheçam como tais. O princípio de *pertinência* vincula-se ao conjunto dos saberes implicados no ato de linguagem e determina que todos os atos de linguagem sejam apropriados ao seu contexto e finalidade.

Os princípios de *influência* e de *regulação* estão intimamente relacionados. O primeiro aponta para o fato de que todo ato de linguagem se apoia numa finalidade, numa dada intencionalidade, que se configura pelo desejo de persuadir o outro a compartilhar tal projeto de fala. O segundo caracteriza a possibilidade de uma contrainfluência por parte dos parceiros envolvidos na troca comunicativa, correspondendo a um conjunto de estratégias que assegura as condições mínimas para que a interação se mantenha e não se desfaça abruptamente.

É fundamental ressaltar a relação estabelecida entre os dois movimentos. A partir da observação do funcionamento do ato de linguagem, pode-se afirmar que há certa subordinação das operações de *transformação* aos princípios do processo de *transação*, já que são estes que orientam o propósito comunicativo e o sentido daquelas.

Para que se concretize a *semiotização do mundo*, será preciso mobilizar o sentido das palavras e suas regras de combinação. Dessa forma, a decodificação de um texto está ligada aos mecanismos da compreensão e da interpretação, numa articulação de sentidos e de formas. Esse sentido é resultado de um processo semântico-cognitivo de natureza categorial, que consiste, num movimento centrípeto de estruturação, em atribuir às palavras traços distintivos, caracterizando-as. Essa atividade classificatória determina as "instruções de sentido", descritivas e funcionais, que estão ligadas às palavras segundo um certo grau de typicalidade. Assim, mobilizando o sentido das palavras, o sujeito comunicante constrói um sentido que se poderá chamar de literal ou explícito, um *sentido de língua*, que se mede segundo critérios de coesão.

Será necessário, também, para essa *semiotização do mundo*, que o sujeito comunicante construa um sentido que corresponda à sua intencionalidade, ou seja, que passe do nível da palavra para o nível do discurso. Para isso, esse sujeito deve seguir um processo semântico-cognitivo que consiste, num movimento centrífugo de estruturação do sentido, em relacionar as palavras e sequências portadoras de sentido de língua com outras palavras e sequências que se acham na memória experimental do sujeito. Trata-se de um processo de ordem inferencial, que pode produzir desvios (de categoria metonímica ou metafórica). Por meio dessa ação — intertextual ou interdiscursiva — o sujeito comunicante constrói um sentido que se poderá chamar de indireto ou implícito, um sentido de discurso, que se mede segundo critérios de coerência.

Finalmente, mobilizando o sentido das palavras e suas regras de combinação, em articulação de sentidos e de formas e, assim, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra que lhe propõe a situação de comunicação, o locutor pode-se valer de certas categorias da língua, que ordena dentro dos modos de organização do discurso para produzir sentido.

A situação de comunicação impõe restrições à eleição dos recursos de linguagem que os sujeitos podem utilizar. Essas restrições situacionais, nas quais se insere a noção de contrato de comunicação, são consideradas dados externos que produzem instruções no nível discursivo. Neste nível,

coloca-se a pergunta “como dizer?”, organizando os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis languageiros que devem assumir, as formas verbais ou icônicas que devem empregar.

A partir desse quadro situacional, ocorrem certas escolhas ou estratégias de encenação. Os sujeitos empregam, conforme as instruções apreendidas da situação de comunicação, diferentes modos de organização do discurso: modos enunciativos (alocutivo, elocutivo, delocutivo), modos enuncivos (descritivo, narrativo, argumentativo), modos de tematização (organização dos temas e subtemas a serem tratados) e modos de semiologização (organização da encenação material — verbal e/ou visual — do ato de comunicação) (Charaudeau, 2001a). Para Charaudeau,

(...) as restrições discursivas não correspondem a uma obrigação desta ou daquela forma textual, mas a um conjunto de comportamentos discursivos possíveis dentre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer as condições dos dados externos (Charaudeau, 2001b, p. 59).

O lugar das restrições discursivas é um lugar intermediário entre os dados das restrições situacionais e a configuração textual.

Os modos enuncivos são, segundo Charaudeau (1992, p. 635), “um conjunto de procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação que correspondem a algumas finalidades (descrever, narrar, argumentar)”.

Ao tratar do *Modo de Organização Enunciativo*, o linguista chama atenção para o fato de que o verbo enunciar, no âmbito da análise do discurso, refere-se ao fenômeno que consiste em organizar categorias da língua, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, ao que ele diz e ao que o outro diz. Isso permite distinguir três funções do *Modo Enunciativo*: alocutiva, elocutiva e delocutiva.

Na *primeira*, é estabelecida uma relação de influência do locutor sobre o interlocutor, o locutor implica o interlocutor e lhe impõe um comportamento; na *segunda*, o locutor enuncia seu ponto de vista sobre o mundo

(propósito referencial), sem que o interlocutor seja implicado nessa tomada de posição; na *última*, a *delocutiva*, o locutor se coloca como testemunha da maneira pela qual os discursos do mundo se impõem a ele, sem implicar o interlocutor. O *Modo de Organização Enunciativo* caracteriza-se, assim, por estabelecer papéis enunciativos, ou seja, a posição do locutor na configuração verbal. É uma categoria de discurso, portanto, que testemunha a forma como o sujeito falante trata a encenação do ato de comunicação. Deve-se lembrar que o *Enunciativo* situa-se no quadro interno à linguagem, cujo foco são os protagonistas, seres de fala.

O *Modo de Organização Descritivo* consiste em fazer existirem os seres do mundo, ao nomeá-los, ao determinar o lugar que ocupam no espaço e no tempo, e ao qualificá-los. A atividade descritiva se inscreve sempre em uma finalidade comunicativa que, conforme Charaudeau (1992, p. 660), “fornece e até mesmo impõe, seu quadro de pertinência”, sobredeterminando as atividades de nomear, localizar-situar e qualificar.

Se o *Descritivo* organiza o mundo de maneira taxionômica, descontínua e aberta, o *Modo de Organização Narrativo* organiza-o de maneira sucessiva e contínua, numa lógica cuja coerência é marcada por seu próprio fechamento (princípio/fim).

O *Modo de Organização Narrativo* caracteriza-se por uma dupla articulação: a organização da lógica narrativa, isto é, a construção de uma sucessão de ações segundo uma lógica acional que vai constituir a trama de uma história; e a organização da encenação narrativa, que é a realização de uma representação narrativa, ou seja, “daquilo que faz com que essa história e sua organização acional se tornem um universo narrado” (Charaudeau, 1992, p. 716).

O *Narrativo*, levando em conta as ações humanas, confronta-se com uma forma de realidade visível e tangível, já o *Modo de Organização Argumentativo* está em contato apenas com um saber que tenta considerar a experiência humana.

Para o linguista, algumas questões colocam-se de antemão sobre a argumentação: (a) ela “não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos” (Charaudeau, 1992, p. 781),

porque muitas combinações frásticas não comportam marcas explícitas de operações lógicas e, principalmente, porque o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se frequentemente no que está implícito; (b) o sujeito argumentante, na atividade discursiva de argumentar, participa de uma dupla busca: de racionalidade e de influência.

O *Modo de Organização Argumentativo* permite a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo em uma dupla perspectiva de razão demonstrativa e de razão persuasiva. A razão demonstrativa está para a busca do estabelecimento de relações de causalidade; a razão persuasiva está para o estabelecimento da prova. A relação entre essas duas razões depende do sujeito que argumenta e da situação em que se encontra diante do interlocutor (ou do destinatário) a que está ligado por um contrato de comunicação. Para o linguista, toda asserção pode ser argumentativa “desde que se inscreva num dispositivo argumentativo” (Charaudeau, 1992, p. 803).

O dispositivo argumentativo, conforme postula o linguista, é composto de três quadros: a proposta, a proposição, a persuasão, que são suscetíveis de se superpor na configuração de uma argumentação. A *proposta* corresponde a uma ou mais asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo e que provocam questionamento; a *proposição*, ou *tese*, parte de um quadro de questionamento baseado na possibilidade de pôr em causa a Proposta, o que depende da posição que o sujeito adota em relação à veracidade da proposta; a *persuasão* coloca em evidência um quadro de raciocínio persuasivo que é destinado a desenvolver uma das opções do quadro de questionamento: refutação, justificativa, ponderação. “É nesse quadro que o sujeito desenvolve o que se pode chamar de ‘controvérsia’, recorrendo a diversos procedimentos — semânticos, discursivos e de composição — a fim de estabelecer a prova da posição adotada na proposição”.

O *Modo de Organização Argumentativo* permite, assim, organizar as relações de causalidade que se instauram sobre ações e eventos do mundo, com o auxílio de vários procedimentos que incidem sobre o encadeamento e o valor dos argumentos. Entretanto, destaca Charaudeau (1992, p. 809), a argumentação “depende da situação de comunicação na qual

se encontra o sujeito que argumenta, e é em função desta situação de comunicação e do projeto comunicativo do sujeito que serão utilizados os componentes do dispositivo”.

Os modos de organização discursivos, alerta Charaudeau (2001b), não podem, sozinhos, constituir um princípio de classificação de texto. Essas categorias da atividade discursiva reúnem textos pertencentes a situações diferentes e não podem constituir um critério de classificação que corresponda aos domínios da prática comunicativa. Também o gênero não pode ser confundido com seu modo de organização, pois um gênero textual pode resultar da combinação de vários desses modos de organização, o que não impede que, às vezes, um texto se caracterize pela predominância de um desses modos.

Observe-se, a seguir, a aplicação da teoria de Patrick Charaudeau na análise de um texto jornalístico, do gênero *artigo opinativo* e em que predomina o *modo argumentativo de organização do discurso*.

3. Estudo do texto sob a perspectiva da Teoria Semiolingüística do Discurso

Levando-se em conta a Teoria Semiolingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, bem como os conceitos básicos de *sujeitos* e suas *identidades social e discursiva*, *contrato de comunicação* e o *modelo de estruturação do ato de linguagem nos níveis situacional, comunicacional e discursivo*, observe-se, agora, a análise de um artigo de opinião de autoria de Carlos Heitor Cony, publicado em 27/9/2009, no jornal *Folha de S.Paulo*.

Veja-se o artigo:

O gigante de barro

Carlos Heitor Cony

A ideia de uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ) não é má, embora não seja boa. Desafogaria o terminal de Congonhas, que está no limite de saturação, e aliviaria o Santos Dumont, que não está nas mesmas condições, mas começa a criar caso com o barulho que perturba quem vive ou trabalha em suas imediações.

A melhor alternativa para descongestionar o tráfego entre as duas grandes cidades talvez não seja mais uma ponte aérea, mas o trem-bala, cujos estudos e implantação volta e meia ressuscitam e falecem. Rio e São Paulo, mais cedo ou mais tarde, formarão fisicamente uma nova e gigantesca cidade, e a união ferroviária nos níveis tecnológicos do presente e do futuro será a espinha dorsal da colossal metrópole do Sudeste brasileiro.

Culpa-se JK — e com razão — pela deterioração da rede ferroviária, uma vez que foi dada absoluta prioridade às estradas de rodagem. Há muito de verdade nisso, mas a realidade é que os governos posteriores agravaram a situação.

Nada mais melancólico do que ver antigas estações apodrecendo ao tempo em quase todos os quadrantes do nosso território, e os trilhos enferrujados, cobertos de capim, lembrando que “aqui outrora ressoaram hinos”.

Sei, o problema vai requerer muito dinheiro e trabalho. Mas o Brasil está começando a ficar arrogante com o seu novo *status* de gigante emergente, alinhado a potências nucleares como a China, a Índia e a Rússia, o decantado Bric.

Com a nossa rede ferroviária em decomposição cadavérica, e sem um projeto tecnologicamente moderno e eficiente para recuperá-la e ampliá-la, manteremos o nosso imenso interior ilhado, de difícil acesso, com rodovias congestionadas mostrando que o gigante continua com pés de barro (*Folha de S. Paulo*, Opinião, p. 2).

Inicialmente, observando-se o texto sob as perspectivas da *identidade social* e da *identidade discursiva*, domínios que se constroem em articulação com o ato de enunciação e ensejam a *mise-en-scène* comunicativa, registra-se a relação existente entre os quatro sujeitos comunicacionais propostos por Charaudeau. Identificam-se os seres sociais, o EUc — Carlos Heitor Cony — e o TUi — os leitores reais —, e os sujeitos discursivos ou “seres do dizer”, o EUe — falante ideal — e o TUd — leitor ideal.

Considerando-se os dois primeiros parágrafos, recortes em que o articulista situa a *temática* do texto — congestionamento do tráfego entre Rio e São Paulo — e se posiciona em relação a ela, percebe-se o seguinte tratamento.

O EUC produz os atos de linguagem, construindo a imagem de um EUE consciente da existência de outros pontos de vista a respeito da temática, pontos cuja pertinência reconhece, aos quais concede razão — *A ideia de uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte e Jacarepaguá não é má* — e a favor dos quais apresenta argumentos — *Desafogaria o terminal de Congonhas (...) e aliviaria o Santos Dumont*. Apresenta, porém, uma alternativa mais viável — *A melhor alternativa (...) talvez não seja mais uma ponte aérea, mas o trem-bala*.

A par disso, o EUC imagina também um TUD, ou leitor ideal, com quem se comunica e a quem demonstra o seu respeito ao se utilizar de variadas estratégias de convencimento.

No que concerne ao processo de interpretação, o TUI (leitor real) constrói a imagem do EUE (falante ideal) a partir das estratégias utilizadas por este e, dessa forma, formula hipóteses sobre o EUC (falante real). No caso do texto, o que o EUC deseja é que o TUI, através do discurso do EUE, veja-o (EUC) como um indivíduo que valoriza a opinião alheia, mas que tem a sua própria opinião. Caberá ao TUI visualizar esse indivíduo, mas caberá ao EUE, por meio de suas estratégias, convencer o TUD da existência desse indivíduo.

Observe-se a representação do ato de linguagem e da *mise-en-scène* dos sujeitos nele envolvidos.

- EUE diz *p* (*A ideia de uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte e Jacarepaguá não é má*), mas *q* (*a melhor alternativa é o trem-bala*).
- EUC pensa *p* numa certa medida, mas considera *q*.
- EUC pretende que o TUI se identifique com um TUD, que acredita que EUC pensa *p*, mas prefere *q*.

Essa representação permite identificar três conceitos estudados por Charaudeau, e já referidos anteriormente, dentro do princípio de organização discursiva que ele chama de *modo argumentativo de organização do discurso*: os conceitos de *proposta*, *tese* e *argumento*.

A *proposta*, isto é, uma asserção sobre o mundo e que veicula a opinião de outros indivíduos sobre a temática do texto, ou ainda, o elemento

desencadeador da polêmica, é identificada no primeiro enunciado (uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte e Jacarepaguá é a solução para o congestionamento do tráfego entre Rio e São Paulo).

A *tese* (proposição), ou seja, uma asserção sobre o mundo que veicula a opinião do articulista e que, neste caso, contraria a proposta, situa-se no segundo parágrafo [*A melhor alternativa para descongestionar o tráfego (...) é o trem-bala*].

Dentre os *argumentos*, enunciados que evidenciam um quadro de raciocínio persuasivo destinado a justificar a tese, observam-se afirmativas como: *Rio e São Paulo, mais cedo ou mais tarde, formarão fisicamente uma nova e gigantesca cidade* (*se* Rio e São Paulo, em breve, formarão fisicamente uma nova e gigantesca cidade, *então* a melhor alternativa para descongestionar o tráfego é o trem-bala); *a união ferroviária nos níveis tecnológicos do presente e do futuro será a espinha dorsal da colossal metrópole do Sudeste brasileiro* (*se* a união ferroviária nos níveis tecnológicos do presente e do futuro será a espinha dorsal da colossal metrópole do Sudeste brasileiro, *então* a melhor alternativa para descongestionar o tráfego é o trem-bala).

Esses três conceitos — proposta, tese, argumento — materializados ao longo do texto permitem que se identifique o *modelo de estruturação dos atos de linguagem* construído nos seus três níveis: situacional, comunicacional e discursivo.

Observa-se que os atos de linguagem que constituem o texto em estudo têm por *finalidade* propor uma discussão sobre o congestionamento do tráfego entre Rio e São Paulo; mais precisamente, são construídos para convencer o leitor de que a solução para o problema do tráfego é o trem-bala. Essa discussão, na medida em que o sujeito realiza seus atos de linguagem levando em conta o leitor, dá-se entre o EUc, o articulista Carlos Heitor Cony, e TUi, leitor real, *identidade dos parceiros* da troca linguageira. Essa troca, por seu turno, materializa-se por intermédio de um *dispositivo* que é o jornal *Folha de S. Paulo*. Esses dados configuram o *nível situacional* de estruturação dos atos de linguagem.

Observa-se, igualmente, que o articulista redige seu texto, escolhendo determinadas construções sintáticas veiculadoras de valores semântico-discursivos que funcionarão como estratégia de convencimento do leitor.

Esses *modos de dizer* se materializam, no artigo em estudo, por meio, por exemplo, de construções de subordinação veiculadoras dos valores de restrição e concessão. [*A ideia de uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ) não é má, embora não seja boa.*] Através desse tipo de construção e de tantos outros no texto, Cony demonstra domínio da forma dos signos, de suas regras combinatórias e de seu sentido. Tem-se, aqui, o *nível comunicacional* de estruturação do ato de linguagem.

Verifica-se, por fim, que Carlos Heitor Cony também atende a determinadas condições de realização dos atos de discurso.

a) Ele é detentor de *legitimidade*, o que lhe confere o direito de apresentar sua opinião acerca da problemática do congestionamento do tráfego entre Rio e São Paulo. A autoridade de emitir seu parecer acerca do assunto lhe é dada pela *Folha de S. Paulo*, que o convida para atuar como articulista na instituição jornalística.

b) Ele também tem *credibilidade*, ou seja, é levado a sério, é considerado um indivíduo cujas opiniões são pertinentes, fato que lhe permite assumir publicamente sua opinião quanto à solução para o congestionamento: o trem-bala.

c) Ele atende à condição de *captação*, na medida em que investe na sedução ou persuasão do leitor. Para isso, escolhe variadas atitudes discursivas, como, por exemplo, uma *atitude polêmica* através do enunciado concessivo/restritivo *Há muito de verdade nisso, mas a realidade é que os governos posteriores agravaram a situação*. Por meio da oração que veicula o valor de concessão *Há muito de verdade nisso* ("verdade" na opinião de que JK foi o grande responsável pela deterioração da rede ferroviária), o sujeito antecipa o pensamento do leitor, eliminando-lhe essa possível objeção. Em outros termos, antes de o leitor discordar da posição adotada por Cony segundo a qual os governos posteriores a JK têm uma responsabilidade maior sobre o problema das ferrovias (*mas a realidade é que os governos posteriores agravaram a situação*), o articulista se antecipa, concedendo-lhe razão ao enunciar *Há muito de verdade nisso*.

Tem-se, assim, nas condições de *legitimidade*, *credibilidade* e *captação*, o terceiro nível do modelo de estruturação dos atos de linguagem, além dos níveis *situacional* e *comunicacional*: o *nível discursivo*.

Ainda com relação ao modelo de estruturação dos atos de discurso e aos sujeitos envolvidos na *mise-en-scène* comunicativa, é indispensável tratar o texto em análise sob o ponto de vista do *contrato de comunicação* em que o *artigo opinativo* se constitui e sob a perspectiva das modalidades que o compõem.

O *artigo opinativo* é um texto redigido por personalidades, especialistas ou convidados da empresa jornalística que tenham uma opinião relevante a expressar sobre fatos da atualidade. Caracteriza-se pela prevalência do *modo argumentativo de organização do discurso* e pelo caráter formal, diferentemente, por exemplo, da crônica jornalística quanto ao último aspecto, o que significa que as marcas do sujeito da enunciação se equilibram entre as *modalidades delocutiva e elocutiva*, com predomínio da primeira.

Observando-se o texto, verifica-se que ele segue o *espaço de restrições do contrato de comunicação* em que se constitui, bem como atende ao *espaço de estratégias*.

Quanto ao *espaço de restrições*, identifica-se o *modo argumentativo* através da presença da proposta, da tese e dos argumentos, como já se viu. Identifica-se a predominância da 3ª pessoa verbal, significando que o locutor não só se coloca como testemunha da maneira pela qual os discursos do mundo se impõem a ele, como também não implica o interlocutor. Esta é, aliás, a marca da *modalidade delocutiva*, modalidade constitutiva do *modo enunciativo de organização do discurso*, sendo o modo enunciativo uma categoria de discurso que testemunha a forma como o sujeito falante trata a encenação do ato de comunicação.

No que se refere ao *espaço de estratégias*, que todo contrato permite seja construído, observam-se os diversos caminhos discursivos a que o articulista recorre.

Dentro do *espaço de estratégias*, levando-se em conta a abordagem de Gouvêa (2008) sobre o processo da concessão e o lugar de onde o locutor³

3. O termo *locutor*, aqui, está sendo usado segundo a formulação de Ducrot (1987) em sua Teoria da Argumentação na Língua. Trata-se de uma entidade discursiva que se responsabiliza pelo enunciado.

argumenta, constata-se, no primeiro parágrafo, a presença do operador argumentativo “embora” introduzindo o ponto de vista do locutor, quando, na maioria dos casos, introduz a opinião do alocutário ou do senso comum.

O locutor usou a estratégia de apresentar de um lugar de destaque opiniões já existentes sobre o congestionamento do tráfego entre Rio e São Paulo. (A ideia de uma ponte aérea entre Rio e São Paulo não é má.) E acrescentou sua opinião de modo discreto, ou seja, por meio do enunciado introduzido por “embora” (*embora não seja boa*). Normalmente se diria “A ideia de uma ponte aérea entre Rio e São Paulo não é má, *mas* a melhor alternativa é o trem-bala”, construção em que o locutor argumentaria de uma posição predominante (cf. Ducrot, 1981), haja vista a presença do operador argumentativo *mas*, tipicamente introdutor de tese ou de argumento mais forte. Neste caso, porém, o locutor usou uma construção em que argumenta da perspectiva mais fraca, isto é, aquela introduzida por “embora” (*embora não seja boa*).

No segundo parágrafo, o sujeito da enunciação vai efetivamente se posicionar quanto ao seu ponto de vista a respeito da temática, mas ainda o faz procurando respeitar o ponto de vista alheio. Ao dizer *A melhor alternativa para descongestionar o tráfego entre as duas cidades talvez não seja mais uma ponte aérea, mas o trem-bala*, emprega três estratégias discursivas: com o advérbio modalizador “talvez”, o marcador de pressuposição “não ... mais” e o operador “mas” com valor de retificação, o *mas*SN (em que SN representa o sentido de *sino* do espanhol e de *sondern* do alemão, segundo Anscombe e Ducrot, 1977).

Cony, à guisa de preservar a face dos indivíduos que pensam diferentemente dele — do seu ponto de vista, a melhor alternativa não é uma ponte aérea —, apresenta sua opinião sob a *modalidade da dúvida* — *talvez não seja mais uma ponte aérea*.

Ele entende que, numa determinada época, a ponte aérea era a solução, como se percebe por meio do *marcador de pressuposição não... mais* (*A melhor alternativa para descongestionar o tráfego entre as duas cidades talvez não seja mais uma ponte aérea, mas o trem-bala*).

Finalmente, com o uso do “mas” retificador, o sujeito enunciadador assume que é favorável ao trem-bala. Observa-se aqui o enunciado poli-fônico (cf. Ducrot, 1987) que prevê a existência de uma voz que diz “a melhor alternativa é a ponte aérea”. O sujeito da enunciação, no entanto, refuta essa possibilidade, negando-a — *talvez não seja mais uma ponte aérea* — para, em seguida, corrigi-la — *mas o trem-bala*.

Ainda com relação ao segundo parágrafo, é interessante destacar que o articulista, depois de se valer de estratégias de polidez e ao assumir sua posição, passa a ser categórico no que concerne à sua argumentação. Observa-se isso por meio da escolha dos *modos de dizer* (nível comunicacional de estruturação do ato de linguagem), ou seja, no uso de verbos no futuro, sem acompanhamento de um verbo modal como “poder”, por exemplo, e na utilização de uma expressão adverbial temporal indicando ser apenas uma questão de tempo para a sua previsão se tornar realidade. Veja-se: *Rio e São Paulo, mais cedo ou mais tarde, formarão fisicamente uma nova e gigantesca cidade, e a união ferroviária nos níveis tecnológicos do presente e do futuro será a espinha dorsal da colossal metrópole do Sudeste brasileiro*.

No terceiro parágrafo, o articulista, valendo-se de saberes partilhados (JK, ex-presidente do Brasil), informa que algumas pessoas culpam JK pela deterioração da rede ferroviária e, ao mesmo tempo que atribui essa informação a uma voz geral, engaja-se nela ao usar a expressão “e com razão”, que funciona como um índice de atitude subjetiva do locutor em face de seu enunciado: ele concorda com a atribuição de culpa a JK.

A propósito de sua concordância, no enunciado seguinte, como já foi visto, o articulista a reforça através do argumento concessivo “Há muito de verdade nisso”. Imediatamente, porém, introduz o enunciado restritivo, por meio do qual argumenta, dizendo que “os governos posteriores agravaram a situação”. Essa opinião, vale destacar, além de ter sido manifestada como argumento mais forte, foi apresentada sob a modalidade da correção, como comprova a presença da oração modal “a realidade é que” (*Há muito de verdade nisso, mas a realidade é que os governos posteriores agravaram a situação*), que retifica a orientação argumentativa do enunciado anterior: o culpado não é somente JK; os governos posteriores também contribuíram para o agravamento do problema.

No quarto parágrafo, o articulista diz que se veem *antigas estações apodrecendo ao tempo, trilhos enferrujados cobertos de capim*, e diz isso expressando a sua atitude subjetiva em face do enunciado que produz. Ao usar a oração modal *nada mais melancólico do que* como índice de avaliação, revela seu ponto de vista sobre o estado das antigas estações (*Nada mais melancólico do que ver antigas estações apodrecendo ao tempo em quase todos os quadrantes do nosso território, e os trilhos enferrujados, cobertos de capim*). Vale destacar ainda a escolha lexical — *apodrecendo, enferrujados, melancólico* —, a descrição do estado das antigas estações ferroviárias, caracterizando uma *atitude de dramatização* (nível discursivo de estruturação do ato de linguagem — condição de captação), apoiando-se em valores afetivos socialmente compartilhados: o lamento pela deterioração das antigas estações.

Quanto ao quinto parágrafo, Cony utiliza uma construção veiculadora dos valores semânticos de concessão (cf. Ducrot, 1981) e restrição. Em *o problema vai requerer muito dinheiro e trabalho*, tem-se, simultaneamente, um ato de concessão e um argumento que aponta para uma conclusão do tipo *então a alternativa do trem-bala não é viável*. Em *mas o Brasil está começando a ficar arrogante com o seu novo status de gigante emergente, alinhado a potências como a China, a Índia e a Rússia*, verifica-se um ato de restrição e, concomitantemente, um argumento que aponta para a conclusão oposta: *então a alternativa do trem-bala é viável*.

Observa-se, mais uma vez, a utilização da *estratégia de preservação de face* por meio de um ato de concessão, ou seja, o locutor concede razão a quem pretenda argumentar contra o trem-bala através da afirmativa de que sua implantação requereria muito dinheiro. Contra-argumenta, porém, por meio de um ato de restrição que diz que *o Brasil está começando a ficar arrogante (...)*.

Ainda em relação ao quinto parágrafo, observa-se que, pela primeira vez, o articulista recorre à *modalidade elocutiva*, ou seja, expressa-se pela 1ª pessoa ("Sei"). Até então, conduzira a discussão sobre o congestionamento do tráfego entre Rio e São Paulo sob a *modalidade delocutiva*, isto é, concentrava suas estratégias na temática (3ª pessoa) e não em marcas linguísticas de 1ª ou 2ª pessoas, que representam a figura do locutor e do interlocutor, respectivamente.

O enunciado concessivo aparece precedido do verbo *saber*: *Sei, o problema vai requerer muito dinheiro, mas o Brasil está começando a ficar arrogante (...)*. Tem-se aqui o ato de concessão realizado não só pelo enunciado "o problema (...) dinheiro", mas também pelo verbo na 1ª pessoa. A maneira pela qual o sujeito enunciador revela seu ponto de vista sobre aquilo que enuncia se concretiza segundo a *modalidade elocutiva em sentido amplo* e, dentro dela, sob a *modalidade do saber*.

No último parágrafo, percebe-se a subjetividade se revelando também sob a *modalidade elocutiva*, mas com uma diferença: o sujeito enunciador não está mais sozinho; trouxe o leitor para o texto, constituindo o "nós" (*Com a nossa rede ferroviária; manteremos o nosso interior*). O objetivo do cronista é fazer que esse leitor participe da discussão, passe a compactuar com ele, na medida em que o problema é de todos.

Observam-se, ainda, nesse parágrafo, alguns índices de subjetividade, vale dizer, o seu ponto de vista veiculado por adjetivos ("cadavérica" em "rede ferroviária em decomposição cadavérica"; "difícil" em "difícil acesso"), classe gramatical tipicamente lexicalizadora da presença do sujeito enunciador em seu enunciado.

Como se pôde verificar, ao longo da análise do texto, o *espaço de restrições do contrato de comunicação "artigo opinativo"* foi respeitado, já que prevaleceu o *modo argumentativo de organização do discurso*. O *espaço de estratégias* também foi fartamente explorado, pois foram variadas as estratégias que marcaram a posição do sujeito da enunciação no seu enunciado.

Concluído o estudo apoiado na Semiologia do Discurso, seguem-se, agora, os pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação na Língua.

4. O modelo semântico linguístico-argumentativo de Ducrot

4.1 Fundamentos filosóficos e conceitos básicos da ADL

A Teoria da Argumentação na Língua (ADL), criada por Oswald Ducrot, e desenvolvida há mais de vinte e cinco anos na École des Hautes

Cabe agora que se entenda como estruturalismo e enunciação são compreendidos e modificados pelo idealizador da ADL. Um princípio muito importante é o de que, na língua, existem *relações*. Esse conceito está na base de todo o trabalho de explicação do sentido do enunciado pela ADL. No *Curso de linguística geral* (CLG) de Saussure, lê-se que os signos definem-se uns em relação aos outros, não fazendo nenhum sentido vê-los em si mesmos. As relações definem a própria natureza dos signos e constituem a noção de alteridade. No Prefácio que escreveu para o livro de Carlos Vogt, intitulado *O intervalo semântico*, mencionando Platão, Ducrot (2009, p. 10) cita um trecho do *Sofista*:

Da essência do Outro, diremos que ela circula através de todas [as categorias fundamentais da realidade], porque se cada uma delas, individualmente, é diferente das demais, não é em virtude de sua própria essência, mas de sua participação na natureza do Outro.

E Ducrot continua, ao afirmar que Saussure, quando tratou da noção de *valor*, aplicou às palavras o que Platão disse sobre as Ideias:

A oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias. O valor de uma palavra — ou seja, sua realidade linguística — é o que a opõe às outras. Indo mais longe, é a de se opor às outras. Seu ser é ser outro (2009, p. 10-11).

Na ADL, o sentido é explicado pela *relação* entre entidades linguísticas, entre enunciados, entre discursos.

Outros conceitos estruturalistas fundamentam a ADL: os de *língua* e de *fala*. A *linguagem*, para Saussure, tem duas partes: a *língua*, definida no *Curso de Linguística Geral* como o lado social, passivo da linguagem, conjunto de convenções, e a *fala*, seu lado individual, ativo, utilização da *língua* pelos falantes. É impossível conceber-se um sem o outro. Lê-se, porém, no CLG, que, embora seja afirmada a possibilidade de existência de uma Linguística da Fala, o objeto da Linguística, por razões que não cabe aqui discutir, é a *língua*. Ducrot lê, na oposição entre *língua* e *fala* de Saussure, duas funções: a primeira função é metodológica e corresponde à distinção entre o objeto construído pelo pesquisador (a *língua*) e o fato

que o objeto teórico deve explicar (a *fala*). A segunda função, material, é interior ao dado: a *língua* é constituída de relações entre elementos, e a *fala* é o resultado dos atos de comunicação efetivamente realizados. A ADL, ao fazer a descrição semântica do enunciado, afirma que o objeto teórico *língua* não pode ser construído sem que seja feita alusão à atividade da *fala*. Ducrot toma, então, o termo *língua* à primeira oposição e *fala* à segunda. Assim, chega-se à formulação da posição adotada pela ADL: *uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala* (Ducrot, 1984, p. 67). Com isso, a ADL afasta-se de Saussure, no que concerne à oposição entre *língua* e *fala*. Enquanto Saussure, buscando estabelecer bases para uma ciência da linguagem, separa os dois conceitos, a ADL os une, para a construção de uma Semântica Linguística.

Dentre os conceitos criados para explicar o sentido construído linguisticamente está o de *frase*, entidade abstrata, sequência de símbolos que pode fazer alusão a contextos discursivos reais ou virtuais. A *frase* não é enunciada — não se veem, não se ouvem *frases* —, mas ela recebe uma *significação* da qual será derivado o valor semântico do *enunciado*. A *significação da frase* — uma das hipóteses internas da ADL, portanto, de explicação dos dados — é uma construção teórica para o cálculo do *sentido do enunciado*. Assim, a *significação da frase* não se confunde com o *sentido literal*. Há diferença de natureza entre a *significação da frase* e o *sentido do enunciado*. A *significação* é um conjunto de *instruções*, que, como um “modo de emprego”, dizem o que é preciso fazer para chegar ao sentido do enunciado. A instrução de *X mas Y*, para a interpretação do enunciado, por exemplo, *João foi à praia (X), mas choveu muito (Y)*, é: *imagine um contexto em que se possa relacionar X a portanto B e Y a portanto não-B*. Assim, supondo-se um contexto em que João foi à praia para surfar e que tenha chovido muito, conclui-se de *X portanto surfou* e de *Y portanto não surfou*.

Entre os conceitos fundamentais da ADL, estão o de *texto* e o de *discurso*. Uma sequência de *frases* constitui, em um nível complexo, um *texto*, noção que, como a de *frase*, pertence ao domínio das entidades abstratas. Para a sequência de *enunciados* relacionados entre si, Ducrot reserva o nome de *discurso*, visto, no nível complexo, como a atualização de um *texto*.

Como teoria que tem por objetivo fazer a descrição semântica do uso da língua, a ADL propõe a *enunciação* como constitutiva da linguagem. A enunciação é definida como a atividade de linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala. É o *processo* constituído pelo surgimento do enunciado. Este é o produto da enunciação. O sentido do enunciado é a representação de sua enunciação.

Buscando-se compreender melhor o que significa a relação entre *enunciação* e *enunciado*, e entendendo-se que, na *enunciação*, interagem *locutor* e *alocutário*, pode-se crer, como o faz a concepção tradicional de sentido, que há nos enunciados indicações objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As objetivas, nessa concepção, são representações da realidade, as subjetivas revelam a atitude do *locutor* frente à realidade e as intersubjetivas referem-se à relação do *locutor* com seu *alocutário*. A posição da ADL, entretanto, é a de que não há objetividade na linguagem, não se descreve diretamente a realidade. Se há descrição da realidade, essa descrição é feita por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. O modo como a linguagem descreve a realidade *consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos* (Ducrot, 1990, p. 50). Com isso, chega-se ao modo de entender o *sentido* proposto pela ADL. Se, pelo uso da língua, o *locutor* fala do mundo para seu *alocutário*, e o faz a partir de sua subjetividade, a função primeira da linguagem não é a de *informar*, mas a de *argumentar*. O sentido é argumentativo. Então, onde houver linguagem verbal, haverá *argumentação*. Todos os discursos, independentemente da forma que possam assumir, são argumentativos, porque *falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade* (Ducrot, 1990, p. 14).

O sentido argumentativo é construído pelo linguístico. Mas não só pelo linguístico. Em artigo publicado no Brasil em 1997, Ducrot trata da questão da separação entre o *semântico* e o *pragmático*. Apresenta o termo *pragmático* com dois sentidos: o contextual (o contexto do discurso) e o enunciativo (o momento da fala, a relação entre *locutor* e *alocutário*). Conclui que é *a partir das entidades linguísticas* que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados. O discurso constrói o contexto; este não preexiste ao discurso. *O que preexiste à palavra é uma situação sem limites e*

sem estruturas: a palavra traz com ela os limites e os pontos de vista que tornam a situação utilizável para a interpretação (Ducrot, 1997, p. 14-15). Em consequência, semântica e pragmática não se separam, já que contexto e enunciação são integrados ao sentido do enunciado.

4.2 Fases da ADL com ênfase na Teoria dos Blocos Semânticos

A Semântica Argumentativa, elaborada inicialmente por Oswald Ducrot, em cooperação com Jean-Claude Anscombe (1983), parte do pressuposto de que a língua é essencialmente argumentativa, sendo o sentido construído no encadeamento discursivo. Na ADL, cabe às palavras e às estruturas frasais (em outros termos, à língua) restringir os encadeamentos argumentativos, independentemente dos conteúdos informativos veiculados pelos enunciados. Nessa perspectiva, a distinção entre (1) *Pedro comeu pouco* e (2) *Pedro comeu um pouco* não é atribuída a uma diferença informativa, mas ao fato de os dois segmentos de enunciado conduzirem a conclusões contrárias. Caso se encadeasse a (1) *portanto não vai melhorar*, a (2) se deveria encadear *portanto vai melhorar*.

As diferentes etapas de desenvolvimento da ADL são igualmente fundadas sobre a noção de encadeamento: centrada, num primeiro momento, sobre a análise de diversos articuladores, essa teoria foi ampliada, incorporando a noção de *topos*, definido como a garantia dos encadeamentos argumentativos. Nos exemplos (1) e (2) o *topos* que garantiria/justificaria a passagem de um segmento a outro poderia ser expresso por *Comer é sinal de saúde*. Mais adiante, a noção de *topos* é abandonada em benefício da noção de bloco semântico, proposta por Marion Carel (1992).

Essa nova versão da ADL passa a tomar como objeto de descrição os próprios encadeamentos argumentativos, e não mais seus constituintes. A argumentação, vista na Teoria dos *Topoi* por uma *relação de justificação*, passa a ser definida pela *interdependência das palavras* que constituem os segmentos sintáticos dos encadeamentos, os quais *se fazem sentido é no*

conjunto, ou seja, no encadeamento. Relativamente a esse avanço da ADL, explica Ducrot (2000, p. 43) que, antes, ele chamava “oração” a entidade abstrata subjacente a um enunciado, mas que, no momento atual da teoria, reserva a palavra “enunciado” para designar um encadeamento de duas realizações de orações. E conclui:

A realização de uma oração é, portanto, somente um segmento de enunciado, e tal segmento, falando com propriedade, não tem “sentido” e, em consequência, não pode ser enunciado. O que tem sentido, e pode ser enunciado, é o encadeamento.⁴

Marion Carel (1995), ao propor a Teoria dos Blocos Semânticos, mostra que um enunciado *A donc C* (A portanto C), como (3) *Pedro comeu, portanto vai melhorar* e (4) *João estudou, portanto será aprovado* é argumentativo por expressar discursos como *O apetite é sinal de saúde* e *O estudo conduz ao sucesso*. Tais discursos não são considerados pela referida autora como associações de conceitos independentes (apetite e saúde; estudo e sucesso), não sendo vistos, na Teoria dos Blocos Semânticos, como elos entre um argumento e uma conclusão. Ela os percebe como representações unitárias (blocos semânticos), as quais constituem o próprio sentido dos encadeamentos argumentativos. Observe-se que, em (3), trata-se de uma saúde relacionada ao ato de comer e de um ato de comer relacionado à saúde, verificando-se uma interdependência semântica entre *apetite* e *saúde*.

Além de exprimirem blocos semânticos, os encadeamentos em *donc* — (3) *Pedro comeu, portanto vai melhorar* e (4) *João estudou, portanto será aprovado* — exprimem um modo de apreendê-los. Conforme Carel, ao lado de encadeamentos argumentativos normativos (em *donc*),⁵ (3) e (4), por exemplo, existem encadeamentos argumentativos transgressivos (em *pourtant* = mesmo assim), como (3') *Pedro comeu, mesmo assim não vai me-*

4. La realización de una oración es, por lo tanto, solamente un segmento de enunciado, y tal segmento, hablando con propiedad, no tiene “sentido” y en consecuencia, no puede ser enunciado. Lo que tiene sentido, y puede ser enunciado, es el encadenamiento.

5. Daqui em diante, o conector DONC (= portanto) será representado por DC e o conector POURTANT (= mesmo assim) será representado por PT, sendo neg representante de negação.

lhorar e (4') *João estudou, mesmo assim não será aprovado*. Sua tese é de que ambos os encadeamentos são igualmente primitivos, não se fundamentando o encadeamento transgressivo *A pourtant não-C* no encadeamento normativo *A donc C*. Em seu entendimento, os dois constituem unidades semânticas básicas.

Exemplificando, pode-se afirmar que, dado o bloco que estabelece interdependência semântica entre *estudo* e *sucesso*, o qual pode ser expresso pelo discurso *O estudo conduz ao sucesso*, têm-se os encadeamentos argumentativos:

- A: João estuda DC tem sucesso.
- B: João não estuda DC não tem sucesso.
- C: João estuda PT não tem sucesso.
- D: João não estuda PT tem sucesso.

Como se pode perceber, são encadeamentos argumentativos conversos A/C bem como B/D, visto corresponder cada par ao encadeamento argumentativo normativo e transgressivo do mesmo bloco, tomado este positiva ou negativamente.

Conforme Carel (2002, p. 37), a *conversão* é uma das relações fundamentais do discurso, visto instalar a oposição entre enunciados. Note-se que seriam *contrários* entre si os encadeamentos *João estudou DC será aprovado* e *João estudou DC não será aprovado*, uma vez que derivam de blocos contrários, expressos respectivamente por *O estudo conduz ao sucesso* e *O estudo não conduz ao sucesso*, que exprimem duas representações culturais diferentes.

Ao explicitar primeiramente sob que condições duas *argumentações* são *conversas*, para depois tratar de *enunciados conversos*, afirma a pesquisadora que são conversas duas argumentações como as expressas no encadeamento argumentativo normativo (n) *a polícia apressa Paulo para que vá vê-la, portanto ele irá*, e no encadeamento transgressivo (t1) *a polícia apressa Paulo para que vá vê-la, mesmo assim ele não irá*, isto é, quando se trata de encadeamentos que possuem estrito parentesco material, da forma *A donc C* e *A pourtant não-C*.

Observa, contudo, Carel que são também conversos (n) *a polícia apressa Paulo para que vá vê-la, portanto ele irá* e (t2) *os professores apressavam Maria para responder, mesmo assim ela não respondeu*.

Explica que a *relação de conversão* não exige um estrito parentesco material, sendo converso a *A donc C* qualquer encadeamento que exprima o mesmo bloco semântico e o mesmo aspecto transgressivo desse bloco, ou seja, *A pourtant não-C*. Entende a autora em foco que são *conversos*, em relação ao encadeamento normativo (n), ambos os encadeamentos transgressivos (t1) e (t2), porque, ainda que não sejam estritamente aparentados materialmente, ambos exprimem a mesma ideia de *ação feita sob pressão* e sob o mesmo ponto de vista transgressivo, ou seja, tanto em (t1) quanto em (t2) é dito que *se pode resistir à coação*.

Ducrot (in: Carel; Ducrot, 2005, p. 31-32) retoma a demonstração de que a interdependência semântica entre os predicados que compõem um bloco semântico é a mesma. Analisa os exemplos que seguem, formados a partir das expressões *é tarde* e *estar em seu escritório*, as quais constroem o sentido de *ter chegado*.

- (1) É tarde, portanto (DC) Pedro deve estar em seu escritório.
- (2) É tarde, mesmo assim (PT) Pedro não deve estar em seu escritório.

Mostra que, apesar de o encadeamento (1) parecer contrário ao (2), pertencem os dois ao mesmo bloco semântico, ou seja, ao bloco que expressa o *tempo-que-traz*.

Observe-se que, em (1), *estar em seu escritório* significa *deve ter chegado*, podendo ser parafraseado por 1. a., mas não por 1. b.

- 1.a. É tarde, portanto (DC) Pedro deve ter chegado a seu escritório.
- 1.b. É tarde, portanto (DC) Pedro não deve ter chegado a seu escritório.

Já a paráfrase do encadeamento (2) seria *É tarde, mesmo assim (PT) Pedro não deve ter chegado a seu escritório*.

150 BENTES-LEITE

Considera, a seguir, o autor que, assim como existe o tempo que faz as coisas ocorrerem, existe o tempo que faz as coisas desaparecerem, contendo *tempo* uma ambiguidade.

Nos encadeamentos (1) e (2), *estar em seu escritório* significa *ter chegado*. Expressa, por isso, nos dois encadeamentos, *tempo-que-traz* e, consequentemente, ambos os encadeamentos constituem aspectos do mesmo bloco semântico.

São possíveis, ainda, mais dois encadeamentos, em que *estar em seu escritório* pode ser parafraseado por *ter chegado*, tendo eles o mesmo sentido de (1) e (2):

(3) É cedo, portanto (DC) Pedro não deve estar em seu escritório.

(4) É cedo, mesmo assim (PT) Pedro deve estar em seu escritório.

Note-se que os encadeamentos de 1 a 4 são aspectos argumentativos de um mesmo bloco semântico: *tempo-que-traz as coisas*, nesse caso, que traz Pedro.

Com *A* (*é tarde*) e *B* (*estar no escritório*), os conectores DC e PT e a negação, se podem constituir oito encadeamentos (Ducrot, in: Carel: Ducrot, 2005), o que se pode comprovar com o bloco semântico *tempo-que-leva-as-coisas*, nos exemplos de 1' a 4', em que o tempo muda em relação ao que se mostrou nos exemplos de 1 a 4, visto tratar-se de blocos contrários:

(1') É cedo, portanto (DC) Pedro deve estar em seu escritório. (significa não haver saído).

(2') É cedo, mesmo assim (PT) Pedro não deve estar em seu escritório. (significa que saiu antes do que devia).

(3') É tarde, portanto (DC) Pedro não deve estar em seu escritório. (significa que já saiu).

(4') É tarde, mesmo assim Pedro deve estar em seu escritório. (significa que sairá depois do que devia).

De acordo com Ducrot (2005), os dois blocos semânticos podem ser esquematizados por meio de quadrados argumentativos:

Bloco semântico 1: *tempo-que-traz*

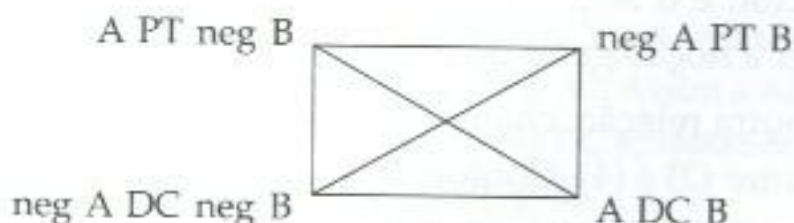
A é favorável a B: *o tempo-que-traz é favorável à presença das coisas.*

A = *tarde*

B = *estar no escritório*

(1) tarde PT neg estar escritório

(2) neg-tarde PT estar escritório



(3) neg tarde DC neg estar escritório

(4) tarde DC estar escritório

Bloco semântico 2: *tempo-que-leva*

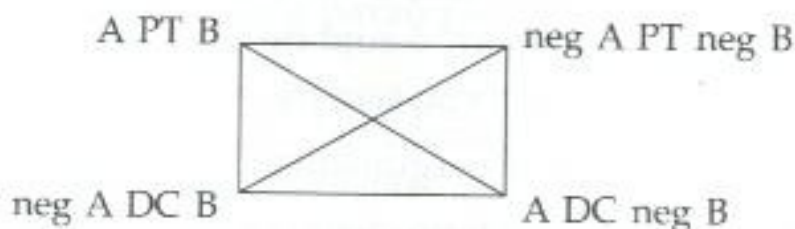
A é desfavorável a B: *o tempo-que-leva é desfavorável à presença das coisas.*

A = *tarde*

B = *não estar no escritório*

(1') tarde PT estar escritório

(2') neg-tarde PT neg-estar
escritório



(3') neg-tarde DC estar escritório

(4') tarde DC neg-estar escritório

Ducrot (in: Carel; Ducrot, 2005, p. 45-46) explica as relações de reciprocidade, de conversão e de transposição, de acordo com os ângulos do quadrado:

a) a relação entre (1) e (2) consiste em negar os termos que se encontram de um lado e de outro do conector, mantendo o conector. A relação entre (3) e (4) é a mesma que há entre (1) e (2), posto que o termo positivo de um lado aparece como negação e, de outro, o conector se conserva. A essa relação dá-se o nome de *reciprocidade*;

b) na diagonal do quadrado, entre (1) e (4) e entre (2) e (3) apresenta-se uma relação em que o primeiro termo se conserva nos dois ângulos; muda-se o conector, e o segundo termo é negado. A essa relação, que permite descrever a noção geral de negação, dá-se o nome de *conversão*;

c) há ainda outra relação, chamada de *transposição*, que se estabelece entre (1) e (3) e entre (2) e (4). Conforme se observa, quando se passa de (1) a (3), nega-se o primeiro termo, muda-se o conector e se mantém o segundo termo. O mesmo processo ocorre na passagem de (2) a (4).

O vínculo entre enunciados e entidades semânticas pode ser tanto interno quanto externo. Conforme Ducrot (in: Carel; Ducrot, 2005), a argumentação externa é tida como a pluralidade dos aspectos constitutivos do sentido da entidade na língua, que são a ela ligados de modo externo. Em outras palavras, refere-se aos encadeamentos argumentativos que podem anteceder ou seguir essa entidade. Por isso, a argumentação externa (AE) pode ser AE à direita ou AE à esquerda. Nas palavras de Ducrot e Carel (2008, p. 10), "As argumentações externas são encadeamentos dos quais a expressão é um segmento: se a expressão é aporte, fala-se de argumentação à esquerda; se a expressão é suporte, fala-se de argumentação à direita". Esclarecem, ainda, os referidos autores que não é a posição geográfica do enunciado no encadeamento que define a função de *suporte*, mostrando que "está chovendo" é suporte tanto em "está chovendo, no entanto vou sair" quanto em "vou sair, mesmo que chova" (2008, p. 9).

Confirmam-se exemplos de argumentações externas de *prudente*:

AE à direita de *prudente*: É prudente DC (portanto) não terá acidentes. É prudente PT (mesmo assim) terá acidentes.

AE à esquerda de *prudente*: Revisa o carro DC (portanto) é prudente. Não revisa o carro PT é prudente.

Note-se que as argumentações externas de uma entidade linguística são pares formados por um encadeamento normativo e outro transgressivo.

Observê-se, contudo, que, no caso da AE à esquerda, há uma modificação na regra que é válida para AE à direita, segundo a qual, se a argumentação externa de uma entidade X contém o aspecto normativo, ela contém também o transgressivo e vice-versa. No caso da AE à esquerda, explica Ducrot (2002), a regra sofre a seguinte reformulação:

(...) se a AE da entidade X contém "Y CON X", ela contém também o aspecto dito "transposto", que é "neg-Y CON' X". Assim a AE à esquerda de *ter pressa* comporta não somente "ter pressa DC apressar-se", mas igualmente "neg-ter pressa PT apressar-se" (2002, p. 9).

O fato de serem pares os encadeamentos que constituem a argumentação de uma entidade linguística é fundamental para a ADL, por permitir distinguir definitivamente uma argumentação normativa de uma inferência lógica. Ducrot e Carel (2008, p. 10-11) explicam que os dois encadeamentos — o normativo e o transgressivo correspondente — "(...) estão igualmente inscritos, ao menos como possibilidades, na significação da frase realizada pelo enunciado — o que impede de apresentar este último como uma justificativa que impõe uma conclusão".

Já relativamente à argumentação interna (AI) de uma entidade linguística, esclarecem os referidos autores trata-se de um encadeamento em DC ou em PT que "constituem equivalentes mais ou menos próximos dessa expressão, eventualmente paráfrases ou reformulações" (ibidem, 2008, p. 11). Sublinham que a entidade em questão não pode ser um segmento do encadeamento que a parafraseia, nem comportar o aspecto converso.

Assim, a AI de *prudente* poderia conter o aspecto *perigo DC precaução* ou outro *como perigo DC desistir*. Já os aspectos transgressivos correspondentes — *perigo PT não precaução* e *perigo PT não desistir* — seriam AI de *imprudente*.

Pode-se entender, então, que dar o significado de uma expressão é associar a ela diferentes argumentações evocadas por seu emprego. Essa concepção da significação tem consequências importantes para a descrição polifônica, especialmente no que diz respeito à natureza dos pontos de vista associados aos enunciadores, como se verá após a breve retomada de princípios e conceitos da Teoria da Polifonia formalizada por Ducrot (1990), na fase *standard* ampliada da ADL, e modificada em Carel e Ducrot, 2008, no que diz respeito às atitudes que o locutor mantém com os enunciadores.

Ducrot (1990) mostra como a noção de polifonia, tomada de Bakhtin, pode ser utilizada em Linguística. Essa noção, de acordo com metáfora empregada pelo pensador russo, refere-se a uma composição musical em que se superpõem diferentes partituras. A noção foi usada por Bakhtin para opor e caracterizar duas formas de literatura: a dogmática e a polifônica ou carnavalesca.

Ao incorporar a noção de polifonia à análise linguística dos segmentos chamados enunciados, Ducrot mostra que o locutor de um enunciado não se expressa diretamente, e sim põe em cena certo número de personagens/enunciadores (origens de pontos de vista). E o sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos, sendo, então, o sentido o resultado das diferentes vozes que ali aparecem.

O locutor (L), responsável por colocar os enunciadores em cena, intervém duas vezes em relação a eles: toma a atitude de assumir ou concordar ou se opor e a de assimilá-los a determinadas personagens do discurso (Carel e Ducrot, 2008).

Voltando à questão das consequências que a concepção da significação, antes explicitada, tem para a descrição polifônica, no que respeita à natureza dos pontos de vista associados aos enunciadores, afirmam Carel e Ducrot (2008, p. 10):

Não pode, é claro, tratar-se de atos ilocutórios (o que já era evidente, independentemente de qualquer teoria argumentativa, já que o enunciador não é um locutor, não fala, e não pode, portanto, realizar promessas, interrogações etc., atos que se realizam somente pelo emprego da fala). Mas também não se trata de conteúdos interiores ao ato ilocutório sobre os quais incidiriam

as forças ilocutórias, quer sejam esses “conteúdos” proposições do tipo lógico quer sejam representações psicológicas. Só pode tratar-se de encadeamentos argumentativos, isto é, de sequência de enunciados ligados por um conector. É o enunciador só introduz esses encadeamentos no universo do discurso: ele é, em relação a esse universo, a fonte desses encadeamentos.

A compreensão de noções de base da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) — por exemplo, a distinção entre argumentação interna e argumentação externa e, ainda, entre aspecto expresso e encadeamento evocado — introduz importantes modificações na descrição polifônica da negação.

Na apresentação habitual, antes da TBS, a descrição polifônica da negação era feita a partir de uma recusa de um enunciador *não p* a um enunciador *p*. Carel e Ducrot (2008, p. 16-17), na fase atual, utilizam a frase positiva *P João foi prudente* para explicitar como se constrói, a partir de sua matéria-prima, o sentido de um enunciado positivo *p* e, a partir deste, o sentido do enunciado negativo *p'* correspondente. Mostram que o enunciado positivo *p João foi prudente* põe em cena, ao menos, três enunciadores:

E^1 exprime um dos aspectos conversos da argumentação externa à direita de *P* e evoca o encadeamento que o particulariza. Nesse caso, deve-se fazer uma escolha no interior da dupla de conversos que constitui a argumentação externa à direita da frase *P* (escolhe-se entre *João foi prudente DC não teve acidente; João foi prudente PT teve acidente*);

E^2 exprime um dos aspectos transpostos da argumentação externa à esquerda de *P*; nesse caso, a escolha operada no nível do enunciado *p* será entre relações transpostas (escolhe-se entre *João é prevenido DC é prudente* e *João não é prevenido PT é prudente*), e não conversas como em E^1 ;

E^3 dá conta da AI do enunciado *p*, exprimindo o aspecto e evocando o encadeamento presente do ponto de vista interno na frase *P*. Observam Ducrot e Carel (2008, p. 17) que, se tivessem conservado vários aspectos na AI de *P* (*perigo DC precaução; perigo DC desistir, entre outros*), seria necessário introduzir, no enunciado *p*, enunciadores para cada um desses aspectos.

Já na descrição do enunciado negativo p' *João não foi prudente*, que se pode estabelecer a partir do enunciado p , encontram-se, "de um lado, todos os enunciadores presentes no enunciado p , e, de outro, os enunciadores negativos cujos pontos de vista resultem de transformações dos pontos de vista dos enunciadores positivos" (ibidem, p. 17). Assim:

E'^1 tem por ponto de vista o aspecto e os encadeamentos recíprocos daqueles que são o ponto de vista do enunciador positivo E^1 *João foi prudente, portanto não correu risco de acidente* (por exemplo, E'^1 *João não foi prudente, portanto correu risco de acidente*);

E'^2 tem ponto de vista recíproco de E^2 : se E^2 tem por ponto de vista *João não foi prevenido, mesmo assim foi prudente*, será atribuído a E'^2 *João foi prevenido, mesmo assim não foi prudente*;

E'^3 , no caso da negação polêmica, é o ponto de vista transformado por conversão do ponto de vista de E^3 . Desse modo E'^3 pode exprimir o aspecto *perigo PT neg desistir* e evocar encadeamentos que pertencem a esse aspecto, sendo conversos também eles em relação aos encadeamentos evocados por E^3 .

Listados os enunciadores do enunciado negativo p' , é preciso, para se construir o sentido de p' , acrescentar a indicação das atitudes do locutor, em relação a eles. Mostram Carel e Ducrot (ibidem, p. 18) que, habitualmente, o locutor do enunciado negativo recusa os enunciadores positivos E^1 , E^2 e E^3 e assume os enunciadores negativos E'^1 , E'^2 e E'^3 , ou, ao menos, lhes dá sua concordância. Frisam, contudo, a necessidade de se fazerem pesquisas que "consistem sempre em confrontar a descrição com textos", de modo a tornar "menos rígida" a descrição da negação e, ao mesmo tempo, a considerar as suas "numerosas nuances".

As observações, feitas até aqui, mantêm e reiteram a ideia fundamental da Teoria da Argumentação na Língua de que a linguagem não descreve diretamente a realidade, ou seja, de que a linguagem não é objetiva, ressaltando a descrição argumentativa e polifônica, feita por meio das atitudes do locutor e do chamado que faz ao interlocutor, aspecto subjetivo e intersubjetivo da linguagem, por meio dos quais as palavras exprimem a visão argumentativa da realidade.

Veja-se, a seguir, a análise do texto já trabalhado anteriormente, mas, agora, sob o ponto de vista da Teoria dos Blocos Semânticos.

5. Estudo do texto sob a perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua

Considerando-se a ADL e dando-se ênfase à teoria dos blocos semânticos, será efetuada, a seguir, uma análise argumentativa e polifônica do texto "O gigante de barro", de Carlos Heitor Cony.

Os procedimentos a serem observados na análise do artigo serão os seguintes:

- o texto será dividido em trechos, segundo o critério de que contenham um discurso argumentativo (dois predicados passíveis de serem relacionados por DC ou PT);
- após a leitura dos enunciados de cada trecho, será identificado o encadeamento argumentativo que as relações linguístico-discursivas permitem evocar;
- após a identificação do encadeamento, será explicitado o aspecto do bloco nele expresso;
- será, então, construído o quadrado argumentativo, que contém os aspectos normativos e transgressivos, com as relações de reciprocidade, conversão e transposição que se podem estabelecer entre eles;
- a partir das relações identificadas, será feito o resumo argumentativo do texto, mostrando a sequência dos aspectos expressos no transcorrer do discurso, cada um representado por um enunciador, e uma análise sobre as atitudes do locutor frente aos enunciadores.

Trecho 1

A ideia de uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ) não é má, embora não seja boa. Desafogaria o terminal de Congonhas, que está no limite de saturação, e aliviaria o Santos Dumont,

que não está nas mesmas condições, mas começa a criar caso com o barulho que perturba quem vive ou trabalha em suas imediações.

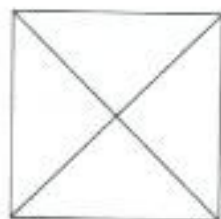
A leitura do trecho 1 permite que se evoquem os dois encadeamentos seguintes:

- ponte aérea PT neg boa ideia
- ponte aérea PT neg má ideia

que, como se mostrará, realizam blocos semânticos (BS) diferentes, embora sejam constituídos pelas mesmas entidades linguísticas *A ponte aérea* e *B boa ideia*, juntamente com a negação e os conectores DC e PT. Confiaram-se os dois blocos:

Bloco semântico 1: *favorável à ideia de instalação da ponte aérea*

ponte aérea DC boa ideia



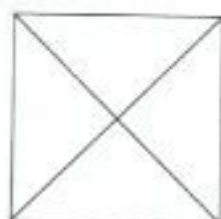
neg ponte aérea DC neg boa ideia

neg ponte aérea PT boa ideia

ponte aérea PT neg boa ideia

Bloco semântico 2: *desfavorável à ideia de instalação da ponte aérea*

ponte aérea DC má ideia



neg ponte aérea DC neg má ideia

neg ponte aérea PT má ideia

ponte aérea PT neg má ideia

Note-se que o encadeamento argumentativo *ponte aérea PT neg má ideia* é converso ao encadeamento *ponte aérea DC má ideia*, sendo ambos do BS2.

Já o encadeamento *ponte aérea PT neg boa ideia* opõe-se ao encadeamento *ponte aérea DC boa ideia*, no BS1.

Tem-se, em outras palavras, a instalação de um debate entre os que defendem e os que rejeitam a ideia de uma outra ponte aérea entre São Paulo e Rio. Participam dele enunciadores que apresentam pontos de vista explicitados nos dois quadrados argumentativos.

São eles:

- *ponte aérea PT neg boa ideia*, ponto de vista de um enunciador que se opõe ao ponto de vista de outro enunciador, o de *ponte aérea DC boa ideia*;
- *ponte aérea PT neg má ideia*, ponto de vista que se opõe ao ponto de vista *ponte aérea DC má ideia*.

Considerando que são contrários entre si os sentidos constituídos em cada bloco — favorável à ideia da ponte (BS1) e desfavorável (BS2) — há ainda o debate entre enunciadores que aprovam ou desaprovam e os que concedem que a ideia seja boa ou má, caso das argumentações concessivas.

O locutor, responsável pelo discurso, põe esses enunciadores em cena e participa do debate, posicionando-se em relação aos seus pontos de vista.

No caso em foco, o locutor discorda dos que aprovam ou desaprovam a ideia da ponte aérea, assumindo o ponto de vista de que ela não é nem totalmente boa, nem totalmente má ideia e assimilando esses pontos de vista a outros seres que não a ele próprio, locutor.

Trecho 2

A melhor alternativa para descongestionar o tráfego entre as duas grandes cidades talvez não seja mais uma ponte aérea, mas o trem-bala, cujos estudos e implantação volta e meia ressuscitam e falecem. Rio e São Paulo, mais cedo ou mais tarde, formarão fisicamente uma nova e gigantesca cidade, e a união ferroviária nos níveis tecnológicos do presente e do futuro será a espinha dorsal da colossal metrópole do Sudeste brasileiro.

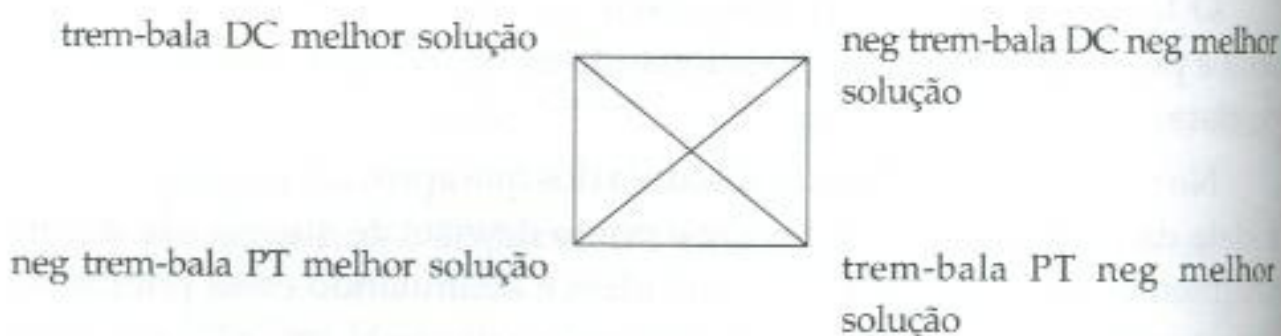
Antes de se ler o Trecho 2, fez-se a hipótese de que o autor desenvolveria a discussão explicitada a partir do Trecho 1. Contudo, o que se verifica, pela presença de um MAS SN no Trecho 2, é que a expressão

ponte aérea é substituída por trem-bala. Confira-se: “a melhor alternativa talvez não seja mais uma ponte aérea, mas o trem-bala”.

Segundo Ducrot, um dos funcionamentos de MAS SN, por semelhança com *sino* do espanhol e *sondern* do alemão, permite ao locutor negar a fala do outro, impondo o seu entendimento. No caso em análise, percebe-se que o locutor põe em dúvida que a discussão importante para desafogar o tráfego entre São Paulo e Rio de Janeiro seja sobre a ponte aérea, impondo o debate sobre o trem-bala como o mais acertado.

Esse ponto de vista pode ser expresso pelo encadeamento trem-bala DC melhor ideia para descongestionar o tráfego entre São Paulo e Rio, que realiza o bloco semântico 3, cujo sentido advém da interdependência semântica entre A *trem-bala* e B *melhor ideia para descongestionar o tráfego entre São Paulo e Rio*, o que se pode conferir a seguir:

O BS3 é *trem-bala como solução*, conceito unitário, indecomponível, cuja apreensão argumentativa pode ser encontrada no quadrado, que evidencia as relações de conversão, de reciprocidade e de transposição.



Como se verá a seguir, *trem-bala como solução* será o tema discutido na continuação do texto.

Trecho 3

Culpa-se JK — e com razão — pela deterioração da rede ferroviária, uma vez que foi dada absoluta prioridade às estradas de rodagem. Há muito de verdade nisso, mas a realidade é que os governos posteriores agravaram a situação.

Nada mais melancólico do que ver antigas estações apodrecendo ao tempo em quase todos os quadrantes do nosso território, e os trilhos enferrujados cobertos de capim, lembrando que “aqui outrora ressoaram hinos”.

A leitura desse trecho permite evocar o encadeamento *governos priorizam rodovias DC não investem em rede ferroviária*, que é assumido pelo locutor do texto e a ele assimilado, o que se pode comprovar pela subjetividade expressa na recordação: "Nada mais melancólico do que ver antigas estações apodrecendo ao tempo em quase todos os quadrantes do nosso território, e os trilhos enferrujados, cobertos de capim, lembrando que 'aquí outrora ressoaram hinos'", a qual argumenta no mesmo sentido de lamentar o descaso com a rede ferroviária.

Note-se que existe uma relação metonímica entre rede ferroviária e trem-bala, o que permite afirmar que o trecho 3 argumenta a favor do *trem-bala como solução*.

Trecho 4

Sei, o problema vai requerer muito dinheiro e trabalho. Mas o Brasil está começando a ficar arrogante com o seu novo *status* de gigante emergente, alinhado a potências nucleares como a China, a Índia e a Rússia, o decantado Bric.

Com a nossa rede ferroviária em decomposição cadavérica, e sem um projeto tecnologicamente moderno e eficiente para recuperá-la e ampliá-la, manteremos o nosso imenso interior ilhado, de difícil acesso, com rodovias congestionadas mostrando que o gigante continua com pés de barro.

Lido o trecho 4, evocam-se dois encadeamentos de um mesmo bloco semântico 4, que trata da *difficuldade de instalação do trem-bala*. Observe-se, no quadrado abaixo, o aspecto normativo *instalação do trem DC dificuldades* e seu correspondente transgressivo, *instalação do trem PT neg dificuldades*:

instalação do trem
DC dificuldades

neg instalação do trem
DC neg dificuldades



neg instalação do
trem PT dificuldades

instalação do trem PT
neg dificuldades

Ao se marcar no discurso, dizendo *Sei*, o locutor concorda com o enunciador que apresenta o ponto de vista de que a instalação do trem-bala acarreta dificuldades (*necessidade de muito dinheiro e muito trabalho*). No entanto, o locutor assume o ponto de vista concessivo (instalação do trem-bala PT dificuldades para o Brasil), fazendo uso da estratégia de aceitar o ponto de vista do enunciador, de que é difícil instalar o trem-bala, para, então, a ele se opor, mostrando o *status* de gigante emergente que o Brasil adquiriu.

De outra parte, o locutor, agora marcado por *nós*, e desse modo assimilado a todos os brasileiros, argumenta em favor da necessidade de recuperação e de ampliação da rede ferroviária, o que pode ser expresso pelo encadeamento argumentativo normativo "país sem rede ferroviária DC país sem sustentação".

Esse encadeamento conduz à explicitação da argumentação interna (AI) da expressão *gigante com pés de barro*: desenvolvido PT sem sustentação.

Note-se, especialmente, que a expressão *gigante com pés de barro* resume o encadeamento que constitui sua AI, mantendo com ele uma relação parafrástica e argumentativamente sinonímica.

Por fim, relativamente ao título do texto, deve-se ressaltar a relação metonímica que ele mantém com *gigante com pés de barro* considerando-se que a AI de *gigante com pés de barro* contém o encadeamento argumentativo transgressivo: *desenvolvido PT frágil*.

Cumprido, ainda, sublinhar que tanto o sentido metafórico quanto o metonímico resultam da argumentação construída no discurso, independentemente de um sentido preexistente ao uso da língua. Nessa perspectiva, a ADL rejeita a separação entre denotação e conotação, entre língua e uso, contestando radicalmente a existência de um sentido literal.

Conclusão

Realizou-se, sobre a linguagem, um estudo de caráter argumentativo, a partir de duas teorias enunciativas: a Teoria Semiolinguística do Dis-

curso, de Patrick Charaudeau, e a Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot.

A possibilidade de se relacionarem as duas teorias, analisando-se um artigo opinativo sob os dois enfoques, decorre de as duas correntes apresentarem pontos de interseção, ainda que, em muitos aspectos, distanciem-se.

São pontos de contato os fatos de ambas tomarem como objeto de estudo o emprego da língua, partirem do princípio de que não é possível estudar a língua em uso sem considerar o sentido e apreenderem o sentido pela perspectiva enunciativa.

Ainda é comum a ambas o estudo da argumentação, com diferenças, é bem verdade. Para Charaudeau, uma das funções da língua é argumentar, da mesma forma que o são narrar e descrever, o que significa dizer que argumentar não é nem mais nem menos importante do que as outras duas atividades.

A argumentação, segundo o linguista, não deve ser vista como uma categoria de língua, à semelhança, por exemplo, das conjunções de subordinação, mas como pertencendo ao âmbito da organização do discurso. Não se restringe à ligação de frases ou de proposições por meio de conectores lógicos, já que o caráter argumentativo de um discurso frequentemente está implícito.

Para Charaudeau, a argumentação é uma atividade complexa que parte de um sujeito argumentante cuja experiência permite expressar uma convicção e uma explicação e transmiti-la ao interlocutor, dirigindo-se à sua faculdade de raciocínio, com a finalidade de persuadi-lo a mudar seu comportamento.

Já para Ducrot, a língua mesma é argumentativa, é da sua essência a argumentação. Considerando-se que o sentido do enunciado é a representação de sua enunciação e que, pela enunciação, o locutor, por intermédio da relação que estabelece com outros discursos, manifesta seu ponto de vista sobre a realidade, recriando-a, não há possibilidade de neutralidade e, em vista disso, todo uso da língua é argumentativo, independentemente de seu modo de organização.

No que concerne ao conceito de *enunciação*, para a Teoria Semiolingüística, consiste em uma *mise-en-scène* em que o sujeito enunciador, consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela *situação de comunicação*, utiliza-se das *categorias da língua* ordenadas nos *modos de organização do discurso*, a fim de produzir sentido, por meio da configuração de um *texto*. Segundo a problemática semiolingüística, “é o ato de linguagem de um sujeito particular que, através da expectativa discursiva que representa, constrói o saber perceptivo-sensorial do referente linguageiro, e não o inverso” (Charaudeau, 2008, p. 37).

Em relação aos outros modos de organização do discurso, o *modo enunciativo* tem uma função primordial, pois não só dá conta da posição do sujeito enunciador em relação ao interlocutor, a si mesmo e ao outro, como também comanda a organização dos três modos de organização do discurso.

Para a ADL, a *enunciação* é constitutiva do próprio uso da língua, logo locutor e alocutário não são elementos externos à linguagem. A necessidade de buscas do sentido contextual é prevista pela teoria, mas essas buscas partem do lingüístico. Este, por meio da *instrução*, dá diretrizes que conduzem o alocutário no resgate do sentido contextual que deve ser trazido para o lingüístico. O foco enunciativo da proposta de Ducrot é o locutor, que constrói seu sentido pelo emprego da língua. Ao alocutário cabe resgatar esse sentido. Não é objeto da teoria investigar a intenção do locutor.

É necessário, além disso, assinalar que o sentido não se constrói apenas pelo dito, mas também por não-ditos. As noções de valor e de alteridade fundamentam a reflexão epistemológica da teoria e, em consequência, o sentido não se limita ao dito, mas alcança também a relação com outros discursos, o que é explicado pelo conceito de polifonia, trazido de Bakhtin para o estudo do discurso por Oswald Ducrot.

As diferenças entre as duas teorias, embora existam, não impedem que elas dialoguem, sabendo-se que partem da premissa de que linguagem e sujeito não se separam. A língua produz sentido sim, mas, quando é acionada por um sujeito, numa dada situação, num dado momento, segundo determinados objetivos. Em outros termos, a língua só se concre-

tiza sob a marca da subjetividade, o que significa dizer que, seja de um ponto de vista exterior, seja de um ponto de vista interior, a argumentação estará presente nas várias operações enunciativas.

Levando-se em conta o estudo do artigo “O gigante de barro”, sob o enfoque da Semiologia do Discurso, observou-se que o jogo entre os sujeitos (EUc, EUe, TUi, TUD) permitiu identificar as diversas estratégias utilizadas por Carlos Heitor Cony, dentre as quais: uma *proposta* — enunciado desencadeador da polêmica (A ideia de uma ponte aérea entre os aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ) não é má) — uma *tese* —, enunciado que representa a opinião do articulista (a melhor alternativa para descongestionar o tráfego entre São Paulo e Rio é o trem-bala), — e os *argumentos* — enunciados que fundamentam a tese (por exemplo, *Rio e São Paulo, mais cedo ou mais tarde, formarão fisicamente uma nova e gigantesca cidade*).

Ainda segundo a perspectiva da Semiologia, pôde-se identificar o modelo de estruturação dos atos de linguagem em seus três níveis: o *situacional*, que permite se identifique a *identidade dos parceiros* e o *dispositivo* por meio do qual a discussão se realiza; o *comunicacional*, que verifica os modos de dizer do enunciador por meio de construções sintáticas veiculadoras de valores semânticos; e o *discursivo*, de acordo com o qual o enunciador preenche as exigências de realização dos atos de linguagem — a *legitimidade*, a *credibilidade* e a *captação*.

A partir da *captação*, atitude de persuadir o leitor, observou-se o enunciador se posicionando como sujeito e estruturando os atos de linguagem segundo os *espaços de restrição e de estratégias* permitidos pelo contrato de comunicação “artigo opinativo”. Quanto ao *espaço de restrição*, constatou-se que o articulista seguiu as condições do contrato. Quanto ao *espaço de estratégias*, observaram-se diversas atitudes discursivas por ele exploradas: mudança de posição de locutor, modalidades delocutiva e elocutiva e submodalidades, conteúdo implícito, entre outras.

Do ponto de vista da Teoria da Argumentação na Língua, foi possível explicitar a polêmica a respeito da ponte aérea como solução para o congestionamento do tráfego, por meio da construção dos quadrados argumentativos de blocos semânticos contrários (ponte aérea é boa ideia e

ponte aérea é má ideia), em que se puderam verificar tanto posicionamentos normativos contra e a favor da ponte aérea, quanto posicionamentos concessivos. Pela análise polifônica das atitudes do locutor frente aos enunciadores, pôde-se constatar que o debate não interessava ao locutor, visto que o substituiu, por meio do emprego do *masSN*, pelo tema trem-bala como solução. Nessa perspectiva teórica, puderam, também, ser esclarecidas metáforas e metonímias, pela explicitação de seu sentido argumentativo interno, independentemente de qualquer busca de um sentido literal.

Vale, por fim, reforçar que o distanciamento entre as duas teorias, que lançam olhares distintos sobre o discurso, não constitui entrave para relacioná-las, partindo-se do fato de que se ocupam do mesmo objeto e de uma mesma afirmação, a da necessidade de se investigar o emprego da língua a partir da enunciação que aí se produz. Esses elementos parecem suficientes para justificar as reflexões e as análises sob as duas perspectivas teóricas neste capítulo.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. Deux mais en français? *Lingua*, n. 43, 1977.
- _____. *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- _____. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- CAREL, M. *Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue*. Tese (Doutorado) — École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris: EHESS, 1992.
- _____. Pourtant: argumentation by exception. *Journal of Pragmatics*, v. 24, p. 167-188, 1995.
- _____. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre PUC-RS, v. 37, n. 3, set. 2002.
- _____; DUCROT, O. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, M.; DUCROT, O. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 43, n. 1, p. 3, p. 7-18, jan./jun. 2008.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. Les conditions de compréhension du sens de discours. ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 1. Rio de Janeiro: CIAD-Rio Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

_____. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, Caracas: ALED, v. 1, n. 1, p. 7-22, 2001a.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso — FALE/UFMG, 2001.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. da L.; MELLO, R. de (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2004. p. 13-41.

_____. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 339-354, 2006a.

_____. *O discurso das mídias*. Trad. Angela Maria Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 7-31.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Grupo NAD-UFMG e Grupo CIAD-Rio. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.